

POPULAÇÕES DO CAMPO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: DESENVOLVIMENTO, CAPITAL SOCIAL E O PAPEL DA EDUCAÇÃO

José Bittencourt da SILVA¹
Instituto de Ciências da Educação/UFPB
jbsilva@ufpa.br

Resumo: *Historicamente, a concepção de desenvolvimento esteve ligada às ideologias dicotômicas do pós-Segunda Guerra Mundial. O presente artigo objetiva apresentar e debater outros aspectos da condição humana e social que vêm sendo colocadas como imprescindíveis ao desenvolvimento, como a ideia de capital social, que tem sido posta como elemento capaz de produzir na sociedade a qualidade histórica indispensável ao seu autoaperfeiçoamento. Neste contexto, a Educação também é colocada como a mais importante aliada na formação de sentimentos coletivos em detrimento de condutas individualistas e antiéticas. Na Amazônia brasileira, esses novos inputs se fazem mister para quebrar o círculo vicioso do individualismo, da violência, do apego ao patronato e da falta de sentimento de pertencimento com autoestima. Para tanto, buscou-se fundamentar o debate a partir de pesquisa bibliográfica, realizada em biblioteca virtual e física, assim como em acervo pessoal.*

Palavras-chave: *Desenvolvimento. Educação. Capital Social. Amazônia Brasileira. Populações do Campo.*

Abstract: *Historically, the development conception was linked to the ideologies of Second World War. The present article looks for to present and to debate other aspects of the human and social condition that they have been placed as indispensable to the development, as the idea of social capital, that has been put as element capable to produce in the society the indispensable historical quality to your self-improvement. In this context, the Education is also placed as the most important allied in the formation of collective feelings in detriment individualistic conducts and anti-ethics. In the Amazonian Brazilian, those new inputs are made necessary to break the circle supplying virtuous of the individualism, of the violence, of the attachment to the patronage and of the self-esteem. Therefore, it was looked for to base the debate starting from bibliographical research, accomplished at virtual and physical library, as well as in personal collection.*

Keywords: *Development. Education. Social capital. Amazonian Brazilian. Populations of the Field.*

¹ Doutor, pesquisador e professor adjunto da Faculdade de Pedagogia, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. E-mail: jbsilva@ufpa.br

Introdução

Vive-se, nos dias atuais, um momento de (re)construção dos paradigmas nos mais diferentes âmbitos da vida humana. Neste contexto, a compreensão e o sentido que os sujeitos sociais, políticos e econômicos vêm dando ao conceito de desenvolvimento também tem se modificando historicamente. Neste artigo, pretende-se discutir a importância da Educação e do capital social como novos inputs indispensáveis às melhorias sociais duradouras. Todavia, há de se ressaltar que existe uma disputa pela legitimidade desses conceitos entre os mais variados sujeitos políticos e econômicos, os quais buscam dar concretude e direcionamento conforme o lugar de onde falam.

Didaticamente (e correndo o risco de simplificar demais a dinâmica sociopolítica), pode-se dizer que existem atualmente duas posturas bem definidas quando se trata da promoção do desenvolvimento de uma coletividade: uma que legitima o *status quo* vigente e que, dentre outras coisas, aposta na força do mercado, na competitividade, na capacidade inovadora dos indivíduos e no avanço técnico-científico como os principais agentes promotores do progresso humano. Nesta perspectiva, a Educação (formadora de capital humano) e o capital social (redes econômicas) são percebidos como componentes impulsionadores do desenvolvimento econômico e também social.

Segundo Almeida (2002), esta visão de desenvolvimento incorpora os processos sociais gerais e ambientais à cadeia de produção, ou seja, tudo passa a ser visto como um bem de capital, direta ou indiretamente. Em que pese a colocação de que aspectos socioculturais e ambientais são importantes, esta visão prima preferencialmente pelos condicionantes econômicos da vida humana, balizada pela busca de novos mecanismos de mercado, como solução para os atuais problemas nas mais diferentes esferas da vida humana. Em síntese, visa-se a estender a regulação mercantil, em escala planetária, sobre as esferas política, social, cultural e ambiental das sociedades.

Essas idéias são propostas, principalmente, pelos chamados organismos de crédito internacional, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também comungam dessa opinião organizações de auxílio ao desenvolvimento dos países pobres, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas afiliadas, a Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação,

a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) etc. Esse emaranhado de organizações, surgidas no contexto da Guerra Fria pós-Segunda Guerra Mundial, são detentoras de poder econômico e político em escala planetária.

O outro modo de percepção do sentido de desenvolvimento pressupõe que as melhorias sociais advêm de idéias e práticas assentadas, preferencialmente, em aspectos sociais e humanos, tais como: democracia, liberdade, participação, cidadania, sentimento comunitário, aceitação das diferenças com conduta ética que respeite as características étnico-raciais dos povos, seus saberes e modos de vida (SHIVA, 1993).

Essa visão social de mundo tem como principais formuladores pensadores ligados (ou não) a organizações da sociedade civil e política em países latino-americanos, africanos e orientais, principalmente indianos. Para esses sujeitos teórico-sociais, a autodeterminação dos povos, essencial ao desenvolvimento, implicaria um deslocamento da racionalidade econômica para o campo da conduta ética e, neste sentido, o fundamental passa a ser o debate sobre os valores que determinam as concepções do que sejam, dentre outras coisas, necessidades humanas.

De modo sumário, pode-se dizer que o confronto atual entre o economicismo que privilegia os mercados e aqueles que postulam os aspectos sócio-humanos como fundamento do desenvolvimento, tem-se, por parte dos primeiros, uma visão de Educação voltada para a formação de competências, aproximando a escola da lógica do mercado. Nesta perspectiva, o conceito de capital social insere-se como mais um componente promotor e potencializador dos processos econômicos, ou seja, sua função é de melhorar a economia e o funcionamento do aparelho estatal, diminuindo os custos governamentais em resolução às demandas sociais.

O outro ponto de vista busca uma formação geral, crítica e humanística (MAUÉS, 2005), indo para além da visão instrucional sobre conhecimento e competências, privilegiando aspecto da condição social e humana, valorizando os saberes locais, cidadania, sustentabilidade ambiental e socioeconômica das mais diferentes comunidades amazônicas (CALDART; CERIOLI; KOLLING, 2002; ALLEGRETTI, 2002; SILVA, 2003; SIMONIAN, 2005). Em síntese, esta segunda visão de mundo procura pôr em evidência processos de autodeterminação dos povos, a partir de matrizes de conhecimento que privilegiem realidades locais, com visões regionais e globais, não necessariamente mercadológicas.

O presente artigo objetiva apresentar discussões acerca do desenvolvimento e os novos *inputs* a sua consecução, o papel do capital social nesse processo e o da Educação como componente indispensável para a construção desse tipo de capital. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica (ALMEIDA JÚNIOR, 1991) em bibliotecas físicas de instituições acadêmicas do município de Belém, sites de busca como *google*, *yahoo*, *uol* e outros, bem como utilizou-se referências de acervo pessoal. Vale ressaltar que o trabalho não pretende fazer um estudo do tipo estado da arte acerca do tema proposto. Ele pode mesmo ser percebido como um mosaico relativamente sistematizado de abordagens de autores que, de algum modo, apresentam discussões acerca da relação entre desenvolvimento, capital social e Educação. Com certeza faltarão muitas peças para a composição deste mosaico.

1 O sentido conceitual de desenvolvimento e suas subjetividades

Conta a mitologia grega que as sereias eram entidades não-humanas, belas, encantadoras, joviais e extremamente perigosas. Possuíam cabeça, tronco e membros superiores femininos, mas na outra extremidade do corpo apresentavam uma longa cauda de peixe. Por estarem impedidas de amar, atraíam os homens com seu canto para o fundo do mar e depois os devoravam. Ao passar pela ilha de Antemoessa, entre a ilha de Capri e o litoral da Itália, ao retornar da Guerra de Tróia, Ulisses ordenou aos marinheiros que vedassem os ouvidos com cera para não ouvir o canto fatal dessas criaturas (MITOLOGIA, 2000).

A partir dessa alegoria grega, pode-se dizer que a concepção de desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial foi um grande “canto da sereia”, que arrastou Estados Nacionais e seus povos para as profundas águas da insensatez e desestruturação socioambiental. Postulava-se que certas estratégias governamentais, voltadas para determinados *inputs* econômicos, gerariam as condições *sine qua non* ao progresso material e/ou sociocultural nos países subdesenvolvidos². O modelo para consecução de

² Segundo Boudon e Bourricaud (1993), o termo “subdesenvolvimento” e posteriormente “países em via de desenvolvimento” aparece como corolário do discurso econômico-cientificista de economistas e sociólogos, membros ou não de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas - ONU, que buscavam apresentar modelos explicativos de como as nações deveriam realizar mudanças para a sua evolução, crescimento ou avanço.

tais avanços apontava para as sociedades industriais européias ocidentais e aos Estados Unidos da América. Autores como Hoselitz (1952), Nurkse (1953), Rostow (1960), dentre tantos outros buscaram apresentar, teoricamente, alternativas aos chamados pontos de estrangulamento que impediam o desenvolvimento das nações pobres.

É exatamente por isso que em muitos países latino-americanos e alhures, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, os Estados (ditatoriais ou não) soergueram parques industriais gigantescos, mormente naqueles lugares onde as condições infraestruturais já estavam dadas. No caso brasileiro, restringiu-se à região centro-sul, posteriormente espalhando-se para outras partes do território nacional. O objetivo era fazer crescer o produto interno bruto (PIB) e a renda per capita da população, o que promoveria benefícios sociais em cadeia. A inexorabilidade dos problemas sociais e econômicos, advindos do processo de implantação da modernização econômica, seriam inescapáveis de acontecer, mas tenderiam sempre ao desaparecimento.

Para Perrot (1994, p. 194), o desenvolvimento real é

[...] aquele que finalmente e de forma legítima dominante se manifesta pelas atitudes e relações sociais concretas, caracteriza-se pela transformação das riquezas naturais, sociais e simbólicas em bens e em serviços mercantis para a demanda selvagem, isto é, para aqueles, e somente eles, que podem exprimir uma demanda e, fato capital, que estão em posição de pagar os bens e os serviços atendidos. O desenvolvimento é, então, um intenso movimento pluriético de transformações das relações sociais, das reservas nominais, em capital financeiro pela via do mercado mundial. A fim de chegar-se a esse resultado, foi necessário expropriar intencionalmente grupos e indivíduos de suas relações sociais, de suas redes intersubjetivas, de suas reservas, de seu saber local. O desenvolvimento nesta ótica realista e não normativa, é antes de tudo uma relação social de dominação (Café 2000).

Nesta perspectiva, Cardoso e Faletto (1993) deixam claro que o propalado desenvolvimento consistia é um discurso legitimador das relações de dependência, entre os países capitalistas centrais e os de capitalismo tardio, dentro de um sistema mundial de reprodução do capital. Com os movimentos ambientalistas dos anos 1970 e 1980, se mostrou o lado catastrófico da proposta de modernização com sangue, suor e lágrimas (SEN, 2000).

A partir dessa percepção, outros aspectos da vida humana foram sendo levantados como imprescindíveis à noção de desenvolvimento, tais como: democracia, liberdade, participação e cidadania. Neste particular, a idéia de capital social vem sendo colocada como um dos fundamentos para os novos processos de desenvolvimento, capaz de produzir na sociedade a qualidade histórica indispensável ao seu automeelhoramento. Como corolário desse processo, tem-se a Educação, também tida como a mais importante aliada na construção de novas mentalidades, ou mais precisamente na formação de sentimentos coletivos em detrimento das condutas individualistas e antiéticas.

2 O capital social e o desenvolvimento: novos *inputs* ao processo

O conceito de capital social pode ser buscado em pensadores que construíram a concepção moderna de sociedade civil e de Estado. Incluídos nesse rol estão teóricos liberais, democratas, socialistas e outros, cada um ressaltando aspectos importantes segundo seus paradigmas de análise. De fato, o debate sobre capital social tem seus pressupostos ligados a teóricos modernos, como Thomas Hobbes, David Hume, John Locke, Jean Jacques Rousseau e, principalmente, Hegel e Alexis Tocqueville. Aliás, este último vem sendo bastante citado em obras de autores contemporâneos como Abramovay (2000), Coleman (1990), Putnam (1996), Rattner (2002), Woolcock (1998) entre outros estudiosos do tema.

Tocqueville ([1835] 1987) colocou, de maneira bastante clara, a idéia paradigmática de que o associativismo nos Estados Unidos constituiu-se no pilar da democracia americana. E mais do que isso, as associações civis são apontadas por ele como fator essencial para a eficácia e nessa a estabilidade do governo. Também formaram nos cidadãos americanos hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. As associações também são tidas por ele como a condição da autonomia dos indivíduos, que “[...] somente recorrem ao poder estatal quando não podem passar sem ele” (TOCQUEVILLE, [1835] 1987, p. 146). Esta concepção tocquevilleana da relação entre sociedade civil e os indivíduos vai de encontro ao ideário hobbesiano, que propõe claramente um fortalecimento da ação do Estado em dos problemas gerados entre indivíduos.

É bastante elucidativa a periodização feita por D’Araujo (2003) acerca da utilização conceitual de capital social. Para esta autora, o termo,

tal qual se conhece hoje, foi utilizado pela primeira vez em 1916 por Lyda Judson Hanifan que

[...] usou o conceito para descrever centros comunitários de escolas rurais, nos quais detectava que a pobreza crescente se fazia acompanhar pelo declínio da sociabilidade e das relações de vizinhança entre a população local (D'ARAUJO, 2003, 23-24).

A autora segue periodizando o conceito, mostrando sua utilização pelo canadense John Seeley, em 1950; na década seguinte, pela norte-americana Jane Jacobs em sua obra *The death and life of great american cities*; nos anos de 1970, pelo economista Glenn Loury e pelo sociólogo Ivan Light em seus estudos sobre desenvolvimento econômico nos Estados Unidos. Chega à década de 1980 sendo bastante utilizado. Na França pelo sociólogo Pierre Bourdieu; na Alemanha, pelo economista Ekelhart Schlicht; na América, pelo sociólogo James Coleman.

Portanto, é nos anos de 1980 que o conceito entra definitivamente na agenda acadêmica. Talvez a obra mais importante neste sentido, a qual deu notoriedade ao conceito de capital social, tenha sido o livro de Robert Putnam "Making democracy work: civic traditions in Modern Italy", que foi traduzido para o português com o título "comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna". Esta obra de Putnam já se tornou um clássico nas Ciências Sociais, o que não a exime de críticas, principalmente acerca de seu caráter determinista. Para Putnam (1996), capital social refere-se ao conjunto de normas de confiança mútua, às redes de cooperação, aos mecanismos de sanção e às regras de comportamento que podem melhorar o funcionamento da sociedade, na solução de problemas que exigem uma ação coletiva. Visto como um bem de todos, esse capital é gerado a partir das práticas cotidianas no bojo das organizações da sociedade civil, principalmente naquelas que possuem estruturas horizontais de comando, como cooperativas, clubes, grêmios, sindicatos, etc.

É importante não confundir o conceito de capital social com o de capital humano. Enquanto o conceito de capital humano volta-se à capacitação individual em busca de aprendizado e aperfeiçoamento (treinamento) (ABBAD; GAMA; ANDRADE, 2000), o capital social apresenta-se como fundamentado nas relações entre os sujeitos que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações internas e externas.

Em vez de controles e relações de dominação patrimonialistas, o capital social busca fomentar o funcionamento de normas e sanções consentidas, ressaltando os interesses públicos e coletivos. Sinteticamente, pode-se dizer que o capital social está relacionado muito mais com os aspectos coletivos ou comunitários da sociedade, enquanto que o capital humano pode ser visto muito mais a partir de uma visão empresarial para obtenção de estímulos individuais.³

Precisamente, pode-se dizer que o capital social é construído a partir do momento em que os indivíduos participantes de associações democráticas criam redes de confiança e de compromisso e constroem vínculos de reciprocidade, cooperação e solidariedade. Essa rede estimula condutas, contatos sociais e iniciativas pessoais suscetíveis de aumentar o desenvolvimento social, político, cultural e econômico de uma dada coletividade. Desse modo, estas associações, muito mais do que uma maneira de garantir rendimentos materiais para seus membros, podem se constituir em organizações coletivas estruturantes de valores e normas de solidariedade e confiança entre seus membros participantes. Por conseguinte, essa realidade poderá ter rebatimentos positivos quando se trata de resolver problemas públicos mais gerais ou coletivamente.

Portanto, as relações estruturantes em escala micro-organizacional, ou face a face, como quer Ostrom (1998), são formadoras de confiança recíproca e de sentimentos coletivos, os quais tornam a transgressão uma prática arriscada entre os indivíduos. Putnam (1996) dá um exemplo de membros participantes de associação de crédito rotativo, que chegam a prostituir suas filhas como alternativa para honrar seus compromissos, ou mesmo cometem suicídio em função do abalo moral que sofrerá caso não cumpra com sua obrigação. Nesta linha de raciocínio, quanto maiores os vínculos normativos entre os indivíduos, maior é o capital social e menores são as chances para a ocorrência da transgressão ou deserção. Criam-se, assim, mecanismos reais para resolução de problemas próprios da ação em organizações, como os chamados comportamentos oportunistas.

Se por um lado o capital social facilita as ações coordenadas por meio das redes de confiança e solidariedade, por outro, como mostram Putnam (1996) e Ostrom (1998), pode solucionar os dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante. Deste modo, as discussões sobre capital social partem do pressuposto básico de que este

³ Sobre os diferentes tipos de capital (capital financeiro, natural, social, humano) ver D'Ávila (2003).

tipo de capital é um componente necessário ao desenvolvimento, pois melhora as interações sociais e promove uma redução do individualismo no âmbito da conduta institucional, com rebatimentos diretos nos processos sociais mais gerais.

Enfim, as discussões sobre capital social vêm mostrando a complexidade analítico-científica e prático-doutrinária para se implementar melhorias de vida em dada coletividade. De fato, o que se pretende é sair do economicismo contraproducente nas análises sobre desenvolvimento e resgatar componentes fundamentais, como a Educação, a informação, o meio ambiente, a cultura, a participação cidadã, a co-habitação, a convivência, a cidadania e outros. E mais, além de analítico, compreensivo e explicativo a idéia de capital social é em si propositiva, uma vez que relaciona claramente a relação entre organização, redes de confiança e solidariedade com os processos de desenvolvimento.

3 Educação do campo e capital social na Amazônia brasileira

Historicamente, a Amazônia brasileira já experimentou ações antrópicas diversas, mormente a partir dos anos de 1500, com a chegada dos colonizadores ibéricos. A se tomar a idéia de ciclo econômico¹ como base de percepção desses processos, tem-se o período colonial, com as drogas do sertão e a expropriação (pela violência ou pela ideologia) do trabalho e das terras indígenas. Posteriormente, implementou-se o ciclo da borracha e o sistema de aviação, calcado na crueldade entre o dono do barracão e o extrativista nordestino desterritorializado. Mais recentemente, com a implementação dos chamados grandes projetos (FILOCREÃO, 2002; RABELO, 2000), tem-se processos industriais que acirraram ainda mais a formação de aglomerados humanos caóticos, associados a ilhas esparsas de crescimento com emprego e renda².

¹ A idéia de ciclo econômico é bastante criticada em virtude da visão reducionista que esta abstração engendra. De fato, tal perspectiva historiográfica tem gerado certo cercamento no enfoque dado a um determinado período histórico baseado neste constructo, o que pode comprometer possíveis análises dos processos, riquíssimos em suas concretudes. Sobre este ponto ver Oliveira Filho (1979).

² São os chamados enclaves, caracterizados por serem clareiras de progresso técnico-econômico, objetivamente distantes das possibilidades de melhoria das condições de vida das populações tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e mesmo daquelas recentemente fixadas na região Amazônica (PUREZA, 2006).

Baseado nesse panorama demonstrativo dos momentos pelos quais a região Amazônica atravessou, pode-se dizer que a materialização desses ciclos deixaram marcas indeléveis nas estruturas familiares e comunitárias locais e foram edificadoras de uma cultura⁴ fortemente marcada pelo individualismo, pela desconfiança, pelo clientelismo patronal e pelo apego familiar contraproducente. Esses valores, que fomentam certa ética da convicção individualista, atravessam a conduta dos sujeitos sociais nas mais diversas esferas da condição humana amazônica, inclusive os processos associativos, as ações coletivas reivindicatórias, participação política, cooperativismo etc.

A despeito de todas as vicissitudes ou percalços enfrentados pelas populações do campo, advindas dessas estruturas valorativas e de conduta pretérita que, em alguma medida se repete no presente, tem-se ultimamente na Amazônia brasileira experiências de mobilização organizacional, que buscam implementar formas diferenciadas de desenvolvimento local. Esses movimentos pretendem construir padrões de produção de riquezas e bem-estar social diferentes daqueles historicamente efetivados por grupos particulares e/ou elites estatais, assim como edificar sentimentos coletivos de cidadania e de pertencimento territorial, com autoestima das pessoas em relação a sua própria condição sociocultural.

No que concerne à construção e à estruturação de novas mentalidades na Amazônia brasileira, a Educação do Campo tem papel importante neste sentido. De fato, ela poderá ser um dos componentes fundamentais para a construção de um capital social, visto como uma rede de confiança e de compromisso mútuo, capaz de sedimentar vínculos de reciprocidade, cooperação, solidariedade e, acima de tudo, de sentimento de pertencimento imprescindíveis no âmbito das lutas por um desenvolvimento peculiar à condição do campo, ou seja, como uma Educação construtora e (re)afirmadora da racionalidade específica das pessoas que moram, trabalham, produzem, brincam, estudam, etc. no campo.

⁴ Ressalte-se que a noção de cultura aqui colocada, parte da concepção geral tyfortina de Calvix (LARAIA, 1999, p. 25), dimensão eminentemente humana que engloba "[...] conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". O que caracteriza a cultura é a especificidade comportamental dos membros de dada coletividade, em tempo e espaço definidos. Esta singularidade é construída historicamente em um processo de aprendizagem, chamado pelo mesmo Laraia de endoculturação, distinguindo-se da transmissão genética, inata aos indivíduos.

Ressalte-se que campo aqui deve ser visto a partir da noção de unidade da diversidade. Precisamente, é o lugar onde estão as terras indígenas e seus ocupantes autóctones, as populações tradicionais e suas unidades de conservação, os/as produtores/as agrícolas familiares assentados/as ou em luta pelo assentamento, os/as ribeirinhos/as, aqueles que vivem nas várzeas, manguezais ou nos lagos, enfim todos aqueles sujeitos históricos negligenciados por elites econômicas e políticas que sempre viram o campo como algo atrasado e necessitando de políticas compensatórias (FERNANDES, 2006; CALDART; CERIOLI; KOLLING, 2002).

É exatamente por isso que a Educação do Campo e o capital social estão sendo colocados aqui como instrumentos de empoderamento desses sujeitos históricos negligenciados, uma vez que esses dois aspectos da condição humana poderão fortalecer os movimentos sociais, as ações coletivas e negar a ética do individualismo historicamente edificado na região. Ou seja, ajude a construir um desenvolvimento que mantenha tradições, cultura, sistemas produtivos que primem pela diversidade ecológica dos ecossistemas, pela heterogeneidade produtiva e enriquecimento/sustentabilidade do meio ambiente, assim como pela lógica de apropriação coletiva dos bens produzidos.

As experiências educacionais, nesta direção são múltiplas e curricularmente variadas na Amazônia brasileira. São Casas Familiares Rurais, Escolas Técnicas Agrícolas, Escolas Famílias Agrícolas, Escolas em Assentamentos ou ligadas a movimentos sociais etc. Essas experiências em grande parte estão imbuídas de um espírito crítico e criativo que coloca em suspeição antinomias seculares, como o tradicional e o moderno, a evolução e o retrocesso, o progresso e o atraso, e tantas outras dicotomias que denotam uma visão etnocêntrica acerca dos povos do campo amazônica. Precisamente, esses novos *inputs* buscam um desenvolvimento real, não apenas para grupos econômicos específicos, mas que seja compartilhado coletivamente.

Notas conclusivas

O desenvolvimento não pode ser percebido unilateralmente a partir da produtividade, da capacidade de realização sistêmica dos produtos no âmbito dos mercados para a produção de riqueza. Neste sentido, observa-se, hoje, o necessário redimensionamento, ou mesmo inversão da equação crescimento-desenvolvimento, priorizando pressupostos sociais, humanos e ambientais e não apenas quantitativos e econômicos.

Aspectos como liberdade, cidadania, erradicação das desigualdades, empoderamento comunitário, respeito às diferenças, capital social e tantos outros estão sendo colocados como condição *sine qua non* a um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Assim, a Educação vem sendo colocada como basilar neste contexto. Todavia, não se deve fomentar visões elitistas e preconceituosas sobre os vários níveis educacionais nem tampouco negligenciar o conhecimento tácito daqueles envolvidos nas práticas cotidianas locais, como as populações tradicionais, indígenas, quilombolas, caboclas etc. De fato, a educação pode e deve ser implementada como um dos elementos essenciais para a promoção do desenvolvimento, principalmente no que concerne à construção de capital social (confiança, solidariedade, formação de redes, sentimento de pertença), indispensável à melhorias coletivas e duradouras.

Os diferentes sujeitos políticos, educacionais e/ou pesquisadores envolvidos nos processos de formação e qualificação da população amazônica, precisam encampar a ética da responsabilidade, com o idealismo de que o fim precípua de suas ações deve ser o conjunto das comunidades locais ou seu empedramento⁷. De fato, não se pode negligenciar o aspecto ético desse processo, no sentido de que a qualificação individual das pessoas, impulsionada pelo conhecimento elaborado academicamente e pelos saberes locais, precisa ter como fim: o coletivo ou mais precisamente os múltiplos grupos historicamente alijados dos benefícios produzidos socialmente, quer estejam no campo, na floresta, nas águas, nas praias ou alhures.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G.; GAMA, A. L. G.; BORGES-ANDRADE, J. E. Treinamentos: análise do relacionamento da avaliação nos níveis de reação, aprendizagem e impacto no trabalho. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 4, n.º. 3, São Paulo, 2000, p. 25-45.

⁷ Sociologicamente, o conceito de empoderamento constitui-se na elevação qualitativa da capacidade política e social de grupos excluídos, de participarem do processo de tomada de decisão em nível do poder público. Empoderar um grupo social é fazê-lo tomar consciência de sua condição de sujeito produtor da história, ou seja, fazê-lo refletir sobre sua existência e ter a capacidade de se fazer influente politicamente no âmbito do Estado, ou dos próprios governos.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial. *In: Revista Economia Aplicada*, abril/junho, v. 4, n.º 2. São Paulo, 2000. p. 379-396.

ALLEGRETTI, M. H. **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese de Doutorado (em Desenvolvimento Sustentável, Gestão e Política Ambiental). 700f. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

ALMEIDA JÚNIOR, J. B. O estudo como forma de pesquisa. *In: CARVALHO, M. C. M. de (Org.), Construindo o saber*, 15.ª ed. Campinas: Papirus, 2003. p. 107-129.

BAURDIEU, P. O poder simbólico. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BAUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993. p. 420-427.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Área Territorial Oficial. **Diário Oficial da União**, em 11 de outubro de 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 01 de maio de 2005.

CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção por uma Educação do Campo, n. 4).

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**, 5.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(4): 1088-1095, julho, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n4/24.pdf>. Acesso em 1 de outubro de 2007.

COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

PARAUJO, M. C. S. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Junho, n.º 19. Rio de Janeiro, 1992. p. 40-55.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. São Paulo:

UNESP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf. Acesso em 20 de maio de 2008.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2002.

FURTADO, C. O processo de desenvolvimento: enfoque analítico. In: _____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1997. p. 89-134.

GOVERNO FEDERAL. **Proposta técnica para inserção da educação do campo no processo de desenvolvimento territorial**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

HOSELITZ, B. **The progress of underdeveloped areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1952.

IANNI, O. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

MAUÉS, O. Formação dos professores e a lógica das competências. In: MAUÉS, O.; LIMA, R. **A Lógica das Competências na Formação Docente**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2005, p. 11-62.

MITOLOGIA Greco-Romana. Disponível em: www.mundodosfilosofos.com.br. Acesso em: 02 out. 2007.

NURKSE, R. **Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries**. Oxford, Blackwell, 1953.

_____. A formação de capital em países subdesenvolvidos. In: **Revista Brasileira de Economia**, ano 5, n.º. 4, dezembro, 1951.

OLIVEIRA FILHO, J. O. de. O caboclo e o brabo: notas sobre modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Maio, n.º. 11. Rio de Janeiro, 1979. p. 101-140.

OSTROM, E. A behavioral approach to the regional choice theory of collective action. **American Political Science Review**, v. 92, n.º. 1, 1998. p. 1-22.

PERROT, M-D. Educação para o desenvolvimento e perspectiva intercultural. *In*: FAUNDEZ, A. **Educação, desenvolvimento e cultura: contradições teóricas e práticas**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 191-224.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em 7 de agosto de 2007.

PUREZA, A. R. **Políticas Desenvolvimentistas e Questão Agrária na Amazônia: a necessária anomia ao nascedouro das ciências sociais no Pará**. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra25/cienciassociais.htm>. Acesso em 26 de maio de 2008.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de L. A. Monjardim, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RABELO, B. V. **Zoneamento econômico ecológico da área do sul do estado do Amapá**. Macapá: IEPA, 2000.

RATTNER, H. **Prioridade: construir o capital social**. (2002). Disponível em <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em 10 outubro de 2004.

ROSTOW, W.W. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**, Cambridge University Press: Cambridge, 1960.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teófilo Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Monocultures of the Mind**. New York: Zed Books, 1993.

SILVA, J. B. da. **Sustentabilidade institucional e participação comunitária da Reserva Extrativista Rio Cajari**. Dissertação de mestrado (Planejamento do Desenvolvimento), 149f. Belém: PLADES/NAEA/UEPA, 2003.

SILVA, S. M. da. **A violência na Amazônia brasileira, do descobrimento à atualidade: fio condutor de um inacabado processo de ocupação territorial**. **Amazônia: Ciência&Desenvolvimento**, Jan/Jun, v. 2, n.º. 4. Belém, 2007.

SIMONIAN, L. T. L. **Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial**. **Anais/Seminário Saber local/**

interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimentos tradicionais realizado em Belém, entre 10-12 de 2003. Belém: MPEG/CESUPA, 2005. p. 59-93. (Org. por C. A. Bela e Eliane Moreira).

SOSA, M. E. da C. *et al.* **Academia educar: compartilhando a nossa experiência.** Campinas: Fundação Educar DPaschoal, 2003. Disponível em: [http://www.educar.com.br/upload/downloads/livro1_academia\(2\).pdf](http://www.educar.com.br/upload/downloads/livro1_academia(2).pdf). Acesso em 05 de outubro de 2007.

SOUZA, A. I. J. de. *et al.* **Família, Saúde, Desenvolvimento.** Set/Dez, v. 8, n°. 3. Curitiba, 2006. P. 265-272. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/refased/article/view/7982/5627>. Acesso em 01 de outubro de 2007.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América.** São Paulo: EDUSP [1835] 1987.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003). **Biopirataria em países em desenvolvimento.** Assessoria de Comunicação. Disponível em: <http://www.unh.br/acs/releases/rl0503-08.htm>. Acesso em 29 de agosto de 2007.

VASCONCELOS, M. D. Pierre Bourdieu: the sociological inheritance. **Educação & Sociedade.** v. 23, n°. 78. Campinas, 2002. p. 77-87. Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013302002000200006&lng=en&urn=iso>. Acesso em 27 de agosto de 2007.

WEBER, M. A política como vocação. *In:* WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 1984.

WOOLCOCK, M. Social Capital and Economic Development: Toward a Theoretical Synthesis and Policy Framework. *In:* **Theory and Society.** v. 27, n°. 2, New York, 1998. p. 151-208.